

# 23º Exame de Ordem - 1ª fase - 2003

## Direito Civil

1. Quando intimado da penhora do crédito a ser recebido pelo credor, o devedor, para se desobrigar, deverá efetuar o pagamento:

- (a) ao credor, exigindo a devida quitação que comprova o pagamento efetuado
- (b) ao credor, sem importar o recebimento da quitação, por haver a penhora do crédito
- (c) a quem penhorou o crédito, desde que o credor, por escrito, consinta em tal pagamento
- (d) a quem penhorou o crédito

2. O divórcio de J.S. e L.B. foi concedido sem a prévia partilha de bens. Para que possa ser celebrado o casamento de J.S. com C.A, será necessário:

- (a) renúncia de J.S. aos bens do casamento anterior, que ficarão com L.B
- (b) consentimento dos parentes em linha reta de J.S. e L.B
- (c) [autorização judicial, mediante prova de não existência de prejuízo para L.B](#)
- (d) autorização judicial independentemente de prova da existência ou não de prejuízo para L.B

3. O Regime de Participação Final nos Aquestos possui regras próprias.

Quando da dissolução da sociedade conjugal caberá a cada cônjuge:

- (a) meação dos aquestos, patrimônio próprio e responsabilidade pelas dívidas posteriores ao casamento, contraídas pelo outro cônjuge em benefício próprio
- (b) [patrimônio adquirido anteriormente ao casamento, bens adquiridos na constância da sociedade conjugal a qualquer título, meação dos aquestos e responsabilidade pelas dívidas contraídas pelo outro cônjuge em benefício do casal](#)
- (c) bens imóveis registrados em seu nome, não cabendo impugnação na titularidade pelo outro cônjuge
- (d) meação dos bens comuns obrigatoriamente, em natureza

4. A Sucessão Legítima ficou estabelecida pelo sistema de quotas:

- (a) O cônjuge que se tornar herdeiro perde o direito à meação
- (b) O cônjuge sobrevivente só será herdeiro do cônjuge falecido se este tiver patrimônio particular e forem mortos seus ascendentes
- (c) O cônjuge sobrevivente ao concorrer com filho do casal terá sua quota fixada em  $\frac{1}{4}$  da herança
- (d) [O cônjuge sobrevivente em concorrência com os pais do cônjuge falecido terá direito a  \$\frac{1}{3}\$  da herança, não importando o regime de bens que rege o casamento](#)

5. Qual o recurso cabível contra decisão que põe fim à exceção de incompetência?

- (a) Embargos Infringentes
- (b) Apelação Cível
- (c) [Agravo de Instrumento](#)
- (d) Agravo de Petição

6. Qual é o prazo para contestar ação indenizatória, pelo rito sumário, cujo pedido é de ressarcimento de danos causados em acidente por veículo em via terrestre?

- (a) 15 dias, a partir do despacho citatório;
- (b) 10 dias, a partir da data da juntada do mandado;

(c) 5 dias, a partir da juntada do mandado;

(d) nenhuma das anteriores.

7. O artigo 526, do Código de Processo Civil, determina que o agravante junte no processo de origem, em três dias, cópia das razões do agravo, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.

Relacione, dentre as opções arroladas, qual melhor define a natureza jurídica deste dispositivo:

(a) Trata-se de uma faculdade processual, sendo certo que o não cumprimento do artigo 526, do Código de Processo Civil, impossibilitará a retratação do Juiz prolator da decisão;

(b) Trata-se de verdadeiro requisito de admissibilidade do agravo de instrumento;

(c) Trata-se de norma para definição de qual Câmara Cível será competente para a apreciação do recurso;

(d) Nenhuma das anteriores.

8. A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em recente julgamento do recurso especial nº 525.500, decidiu que o fornecimento de energia pode ser cortado pela empresa prestadora de serviço, caso haja inadimplência do consumidor.

Qual recurso deve ser interposto pelo advogado do consumidor, sabendo que a 1ª Turma tem entendimento diverso do adotado pela 2ª Turma (como exemplo: Recurso Especial nº 122.812)?

(a) Agravo, previsto no artigo 557, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil;

(b) Embargos de divergência;

(c) Recurso Especial;

(d) Recurso Ordinário.

## Direito Penal

9. O "furto de uso" e o "furto famélico", excluem, respectivamente, a:

(a) tipicidade e ilicitude;

(b) culpabilidade e ilicitude;

(c) tipicidade e culpabilidade;

(d) ilicitude e tipicidade;

10. No crime de estupro:

(a) Segundo a doutrina moderna, a esposa nunca poderá ser vítima do marido, já que este age sob a excludente do exercício regular de direito;

(b) O sujeito passivo é somente a mulher. O sujeito ativo sempre é o homem. O partícipe pode ser homem ou mulher, não sendo necessário que tenha o partícipe mantido conjunção carnal com a vítima;

(c) A violência real é imprescindível para a prática do delito, podendo causar ou não lesões corporais, configurando-se o delito tão somente como vias de fato;

(d) Consuma-se o delito com a introdução do pênis na vagina. Se não houver ejaculação, existirá somente a tentativa;

11. Sobre o interrogatório do réu é correto afirmar que:

(a) É ato privativo do Juiz, sendo vedado ao Ministério Público e a defesa qualquer tipo de interferência;

(b) O réu não é obrigado a responder às perguntas, mas seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da defesa;

- (c) Ao final do ato, o defensor pode esclarecer fatos para serem indagados ao réu pelo magistrado;
- (d) Havendo mais de um réu, os respectivos interrogatórios são realizados simultaneamente, com possibilidade de imediata acareação.
12. Sobre os benefícios legais introduzidos pela Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), é correto afirmar que:
- (a) Para corrente majoritária, é possível a aplicação de suspensão condicional do processo em crime de estelionato continuado;
- (b) No crime de lesão corporal grave é possível a aplicação dos benefícios da transação penal e suspensão condicional do processo;
- (c) A Lei nº 10.259/01 (Juizado Especial Criminal no âmbito da Justiça Federal) modificou a definição de infração de menor potencial ofensivo para fins de suspensão condicional do processo;
- (d) Via de regra é cabível aplicação de transação penal em crime cuja pena máxima não exceda 2 anos.
13. Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, no estelionato consistente na emissão de cheque sem fundos, o pagamento do título:
- (a) antes da sentença obsta a redução da pena;
- (b) antes do recebimento da denúncia obsta ao prosseguimento da ação penal;
- (c) nem elide o crime, nem reduz a pena;
- (d) antes do oferecimento da denúncia permite a redução da pena.
14. No cálculo da pena, o Juiz deverá considerar, sucessivamente:
- (a) a menoridade do acusado, a tentativa e os antecedentes do agente;
- (b) o concurso formal, o fato de o crime Ter sido praticado contra ascendente e a personalidade do agente;
- (c) as conseqüências da infração, o crime continuado e a confissão espontânea;
- (d) a culpabilidade do agente, a reincidência e a tentativa
15. No que se refere aos recursos em processo penal, é correto afirmar que:
- (a) cabe agravo de instrumento das decisões interlocutórias no curso da ação penal;
- (b) os delitos de menor potencial ofensivo não admitem recurso em sentido estrito;
- (c) embargos de declaração de sentença monocrática são normalmente recebidos com duplo efeito;
- (d) segundo o moderno entendimento, a oposição de embargos de declaração suspende o curso do prazo dos demais recursos
16. Nos processos de competência do Tribunal do Júri é correto afirmar que:
- (a) cabe protesto por novo júri da sentença de pronúncia;
- (b) cabe recurso adesivo contra admissão de protesto por novo júri;
- (c) durante o julgamento, os jurados não podem discutir a causa entre si;
- (d) na tréplica, o Ministério Público não pode apartear a defesa

## Direito Trabalhista

17. O adicional de insalubridade fixado pela legislação trabalhista corresponde a:
- (a) 10%, 20% ou 30% do salário mínimo, considerando uma insalubridade em grau mínimo, médio e máximo, respectivamente;
- (b) 10%, 20% ou 40% do salário mínimo, considerando uma insalubridade em grau mínimo, médio e máximo, respectivamente;
- (c) 10%, 20% ou 30% do salário do empregado, considerando uma insalubridade em grau mínimo, médio e máximo, respectivamente de sua fixação em norma coletiva de trabalho;
- (d) sempre 30% do salário efetivamente recebido pelo empregado.

18. Marque a alternativa INCORRETA:

- (a) a justa causa conceitualmente representa um fato previsto em lei capaz de por fim, por sua gravidade, ao contrato de trabalho;
- (b) a transferência da atividade econômica promovida pelo titular público para o da iniciativa privada (privatização) representa uma sucessão trabalhista;
- (c) o descanso semanal remunerado é o período de tempo correspondente a vinte e quatro horas consecutivas, preferencialmente, aos domingos;
- (d) **indisciplina e insubordinação são sinônimos e representam a mesma hipótese de falta grave geradora da extinção do contrato por justa causa.**

19. As diárias para viagens bem como as ajudas de custo:

- (a) não integram o salário do empregado quando não excedem de 50% do salário do trabalhador;
- (b) são verbas contratuais sendo que a primeira sempre integra o salário do empregado, enquanto que a segunda nunca é incluída na remuneração do trabalhador;
- (c) **são verbas contratuais sendo que a primeira integra o salário, em princípio, para todos os efeitos se exceder 50% do salário base diário do empregado, o que não acontece com as ajudas de custo que não integram o salário do trabalhador;**
- (d) são verbas contratuais sendo que a primeira sempre integra a remuneração do empregado, enquanto que a segunda só integrará a remuneração do trabalhador se recebida em percentual superior a 60%.

20. É incorreto afirmar que a ação rescisória no processo trabalhista:

- (a) **é cabível quando a decisão não conhece do recurso interposto pelo autor da rescisória;**
- (b) obedece aos mesmos pressupostos e condições das ações ordinárias trabalhistas
- (c) rescinde o acordo homologado pelo Juiz da Vara de Trabalho;
- (d) não possui, em princípio, efeito suspensivo da execução.

21. Cabem embargos de declaração da sentença ou acórdão no processo trabalhista:

- (a) quando ocorrer erros materiais sendo competente para julgá-lo o Juízo ad quem e com interposição no prazo de 8 dias;
- (b) para que o Juiz prolator da decisão embargada examine exclusivamente o efeito modificativo requerido não ocorrendo, todavia, nenhuma hipótese de preclusão a falta de oposição no prazo de sua interposição que é de 48 horas;
- (c) **no prazo de 5 dias, ao prolator da decisão embargada, quando esta for omissa, contraditória ou nela ocorrer obscuridade;**
- (d) no prazo de 5 dias, ao prolator da decisão embargada, quando esta for omissa contraditória ou ocorrer nesta obscuridade ou dúvida.

22. A estabilidade sindical é concedida ao empregado:

- (a) **candidato a um cargo sindical, durante o processo eleitoral (desde a notificação ao empregador do registro da candidatura) e depois de eleito para o cargo de direção ou representação sindical, inclusive os suplentes, até um ano após o término do mandato, sendo indispensável a comunicação (pela entidade sindical) ao empregador;**
- (b) candidato a um cargo sindical, durante o processo eleitoral (desde a notificação ao empregador do registro da candidatura) e depois de eleito para o cargo de direção ou representação sindical, inclusive os suplentes, até um ano após o término do mandato, não sendo necessária a comunicação (pela entidade sindical) ao empregador;
- (c) candidato a um cargo sindical, durante o processo eleitoral sendo ele indicado a concorrer a um mandato no sindicato que representa a categoria econômica de seu empregador e depois de indicado para o cargo de direção ou representação sindical, inclusive os suplentes, até um

ano após o término do mandato, não sendo necessária a comunicação (pela entidade sindical) ao empregador;

(d) candidato a um cargo sindical, durante o processo eleitoral (desde a notificação ao empregador do registro da candidatura) e depois de eleito para o cargo de direção ou representação na Central Sindical, inclusive os suplentes, até um ano após o término do mandato, sendo indispensável a comunicação (pela Central Sindical) ao empregador.

## Direito Comercial

23. Assinale a alternativa correta, levando-se em consideração o que dispõe a Lei 6.404/76:

(a) as ações preferenciais jamais possibilitam o direito de voto ao acionista preferencialista;

(b) as ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 5 (cinco) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso;

(c) as ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos;

(d) as ações preferenciais que adquirirem o direito de voto, de nenhum modo perderão essa qualidade.

24. Assinale a alternativa incorreta, levando-se em consideração a Lei de Sociedade Anônimas:

(a) A deliberação acerca da destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos é apreciada na Assembléia Geral Ordinária da companhia;

(b) A aprovação, na Assembléia Geral Ordinária, sem reservas, das demonstrações financeiras e das contas, exonera de responsabilidade os administradores e fiscais, salvo erro, dolo, fraude ou simulação;

(c) A Assembléia Geral Extraordinária que tiver por objeto reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem dois terços, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número;

(d) A Assembléia Geral Ordinária é legalmente impedida de eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal.

25. A falência não será declarada, se a pessoa contra quem for requerida:

(a) indicar bens à penhora, nos autos do requerimento de falência;

(b) requerer concordata preventiva, mesmo depois de citada nos autos do requerimento de falência;

(c) provar a cessação do exercício do comércio há mais de dois anos, por documento hábil do registro de comércio, o qual não prevalecerá contra a prova de exercício posterior ao ato registrado;

(d) provar ter requerido concordata suspensiva, nos autos do requerimento de falência.

26. Tratando-se de sociedade limitada, é correto afirmar que não depende de deliberação de falência:

(a) a aprovação das contas da administração;

(b) a destituição dos administradores;

(c) o pedido de concordata;

(d) a prática dos atos societários ordinários, que constituem o objeto social.

## Direito Tributário

27. Estão sujeitos ao princípio da não-cumulatividade:

(a) o imposto sobre serviços de qualquer natureza e o imposto de renda;

(b) o imposto sobre produtos industrializados e o imposto relativo a operações de circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de

transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

- (c) o imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física;
- (d) o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana e o imposto sobre propriedade territorial rural.

28. Não estão abrangidos pela imunidade recíproca:

- (a) o patrimônio, a renda e os serviços das empresas públicas;
- (b) o patrimônio e a renda das fundações instituídas e mantidas pelo poder público, vinculados às suas atividades essenciais;
- (c) os templos de qualquer culto;
- (d) os livros, jornais e periódicos.

29. A natureza jurídica específica do tributo é determinada:

- (a) pela sua denominação;
- (b) em razão da destinação legal do produto da arrecadação;
- (c) pelo fato gerador da respectiva obrigação;
- (d) pela lei ordinária que instituir o tributo.

30. É correto afirmar que o crédito tributário não tem preferência em relação aos créditos:

- (a) com garantia real;
- (b) quirografários;
- (c) trabalhistas;
- (d) com garantia fidejussória.

## Direito Internacional

31. Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil podemos afirmar que em relação à capacidade, ao nome e aos direitos de família o estrangeiro será regulado:

- (a) pela lei do país em que for domiciliado;
- (b) pela lei que lhe for mais conveniente;
- (c) pelos Tratados internacionais;
- (d) pela sua lei pessoal.

32. A Polícia Federal em diligência pela Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro localizou vários estrangeiros que se dedicavam à vadiagem. De acordo com o Estatuto do estrangeiro a autoridade brasileira poderá:

- (a) deportar os estrangeiros;
- (b) extraditar os estrangeiros;
- (c) expatriar os estrangeiros;
- (d) expulsar os estrangeiros.

33. Clara, portuguesa, é casada com Luís, brasileiro. O casal tem um filho na Holanda. Supondo que Portugal e Holanda adotem o *ius sanguinis* e sabendo-se que o Brasil adota tanto *ius sanguinis* quanto o *ius soli*, marque a opção correta:

- (a) o filho do casal é holandês;

- (b) o filho do casal é português e brasileiro, sendo que na última hipótese deverá retornar ao Brasil, fixar residência e optar pela nacionalidade brasileira;
- (c) o filho do casal é holandês e português;
- (d) o filho do casal é brasileiro e holandês

34. Em relação aos vistos consulares é correto afirmar:

- (a) o visto consular constitui mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 7º do Estatuto do estrangeiro, ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça;
- (b) o visto de turista não é exigido dos americanos em decorrência do princípio da reciprocidade de tratamento;
- (c) o visto de cortesia é fornecido aos estrangeiros que queiram realizar missão de estudos no Brasil, desde que filho de brasileiro;
- (d) o visto oficial é concedido ao estrangeiro que ingressa no Brasil em viagem de negócios, desde que casado com brasileira.

## Direito Constitucional

35. Em tema de controle de constitucionalidade, indique a alternativa correta:

- (a) incube ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, tanto na hipótese de controle difuso quanto na de concentrado;
- (b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Distrito Federal, legislado no exercício de sua competência estadual, em face da Constituição Federal;
- (c) o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade está sujeita à observância de prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial, atendendo a que os atos inconstitucionais logram obter, em regra, segundo a doutrina clássica, no sistema pátrio, convalidação pelo decurso do tempo;
- (d) o Advogado-Geral da União será ouvido em todas as ações de inconstitucionalidade propostas perante o Supremo Tribunal Federal, ostentando, ainda, legitimação ativa para o aforamento de ação declaratória de constitucionalidade.

36. No que tange à Federação Brasileira, é lícito afirmar:

- (a) a forma federativa de Estado acolhida no Brasil, segundo os princípios essenciais que a presidem, admite a secessão de Estados federados;
- (b) é facultado à União intervir, diretamente nos Estados federados;
- (c) as leis orgânicas municipais são votadas e promulgadas pelas respectivas Câmaras municipais, não se expondo ao poder de sanção ou de veto dos Prefeitos Municipais;
- (d) a decretação de estado de sítio, pelo Presidente da República, no caso de comoção grave de repercussão nacional, independe de autorização do Congresso Nacional e não poderá ser por prazo superior a trinta dias improrrogável em qualquer hipótese.

37. Em sede de Poder e Processo Legislativo, indique a alternativa formulada com incorreção:

- (a) com pertinência à imunidade formal, recebida a denúncia oferecida contra Senador ou Deputado por crime cometido antes da diplomação, a Casa a que pertencer o parlamentar denunciado poderá, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento da ação;
- (b) admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade;
- (c) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

(d) não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa de estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

38. Indique, acerca do Poder executivo, a alternativa incorreta:

- (a) o Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do País, por prazo superior a quinze dias, sem autorização do Congresso Nacional, sob pena da perda dos respectivos cargos;
- (b) em caso de impedimento do Presidente e Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão chamados, sucessivamente, ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal;
- (c) o Presidente da República, na vigência do seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções;
- (d) a eleição do Presidente da República, segundo a Constituição vigente, ocorre, necessariamente, através de dois turnos de votação, ainda que o candidato mais votado, no primeiro turno, obtenha, desde de logo, a maioria absoluta dos votos válidos

39. Aponte, acerca do Poder Judiciário, a alternativa verdadeira:

- (a) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, ambas de lei ou ato normativo federal e estadual, assim como a arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- (b) os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Congresso Nacional;
- (c) os Governadores de Estado serão processados e julgados, originariamente, nos crimes comuns, perante o Tribunal de Justiça do Estado em que exercitarem a governadoria;
- (d) a vitaliciedade, como garantia da magistratura, só será adquirida, no primeiro grau, após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal a que estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

40. Com vista aos remédios constitucionais é correto aduzir:

- (a) conceder-se-á mandado de segurança ainda quando o direito líquido e certo a ser protegido for amparado por *habeas corpus*, *habeas data* ou mandado de injunção;
- (b) conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- (c) não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativa a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada;
- (d) qualquer pessoa, inclusive não inscrita no rol dos eleitores, é parte legítima, força no princípio democrático, para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

## Direito Administrativo

41. A respeito da responsabilidade civil da Administração Pública, é correto afirmar que a indenização:

- (a) não depende de prova da culpa do agente e somente pode ser afastada quando o dano decorrer de força maior, devidamente comprovada;
- (b) depende de prova da culpa do agente quando se tratar de empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público;
- (c) depende de prova da culpa quando se tratar de ato de servidores das sociedades de economia mista e empresas públicas que executam unicamente atividade econômica;
- (d) não depende de prova da culpa do agente nem da demonstração do nexo de causalidade entre a ação e o resultado danoso.

42. Nos termos da Lei federal 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Quando um ato geral do Poder Público ocasiona o impedimento da plena execução de um contrato celebrado entre particular e a Administração Pública, estamos diante de uma hipótese de fato do príncipe;
- (b) A incorporação de área pública de proporções reduzidas, remanescente de desapropriação que foi efetivada para a realização de obra pública, a imóvel particular lindeiro, com dispensa de licitação, denomina-se especificamente investidura;
- (c) Denomina-se adjudicação o ato do procedimento licitatório, pelo qual se atribui ao vencedor do certame o objeto licitado;
- (d) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de defesa nacional, a realização da licitação é inexigível.

43. Aponte, dentre as hipóteses de intervenção do Estado na propriedade, a alternativa incorreta:

- (a) compete apenas à União a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária o imóvel rural que não esteja cumprido a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei;
- (b) limitação administrativa é a restrição geral e gratuita, imposta indeterminadamente pelo Poder Público, em benefício da coletividade, e se exteriorizam em imposições unilaterais e imperativas, onde em regra não há direito a indenização;
- (c) servidão administrativa pode ser definida como o ônus real constituído por entidade pública sobre um bem privado, com o objetivo de permitir a realização e a conservação de obras e serviços públicos;
- (d) a requisição que se caracteriza pelo iminente perigo público, onde a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, que por ser forma de intervenção branda, não admite indenização ao proprietário.

44. Em tema de administração pública, é correto afirmar:

- (a) as sociedades de economia mista e as empresas públicas, integrantes da estrutura da administração pública indireta, são desprovidas de privilégios fiscais. Inseridas no mercado, esses entes contratam livremente, independentemente de licitação, embora devam prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas da União;
- (b) a autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica, com patrimônio próprio e funções típicas do Estado, sem subordinação hierárquica;
- (c) compete a Justiça Federal processar e julgar as causas em que as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da administração pública federal forem interessadas na condição de autoras rés assistente ou oponentes;
- (d) as fundações, assim como as autarquias integram a administração pública, e somente poderão ser criadas por lei.

## Deontologia Jurídica

45. O advogado Pedro Machado, regularmente inscrito na OAB/RJ, foi eleito em assembléia de acionistas e empossado Presidente do Banco Itaú S.A. Pergunta-se: Como fica a situação daquele advogado junto à OAB/RJ e no exercício da advocacia?

- (a) continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição;
- (b) continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia, ficando porém impedido de advogar contra o Banco que o remunera;
- (c) será licenciado pela OAB/RJ e, conseqüentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Presidente do Banco Itaú S.A.;
- (d) terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia.

46. O advogado Jorge Santana, regularmente inscrito na OAB/RJ, retirou do Cartório da 35ª Vara Cível do Rio de Janeiro, mediante carga, os

autos de um processo em que funcionava, pelo prazo de 10 (dez) dias. Terminado o prazo e mesmo intimado a devolver aqueles autos, não o fez.

Pergunta-se: Como você classifica tal atitude de Jorge Santana?

- (a) ele cometeu apenas um ato ilícito, previsto em nosso Código Civil vigente, ficando obrigado a pagar perdas e danos;
- (b) ele apenas violou dispositivo do Código de Processo Civil, ficando proibido de retirar aqueles autos de Cartório;
- (c) ele cometeu apenas uma infração disciplinar, prevista e punível pelo Estatuto da Advocacia e da OAB;
- (d) ele cometeu, ao mesmo tempo, uma infração disciplinar, tipificada no Estatuto da Advocacia e da OAB e um crime, tipificado no Código Penal

47. Qual dos seguintes atos do advogado fere disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB:

- (a) depor como testemunha, em juízo, sobre fato relacionado com seu cliente, com autorização deste;
- (b) deixar de funcionar, num processo trabalhista, como advogado e preposto da empresa da qual é advogado-empregado;
- (c) renunciar ao mandato de um cliente, contra a vontade do mesmo;
- (d) cobrar honorários acima dos valores da tabela de Honorários da OAB.

48. Como você classifica o ato do advogado que ingressou com uma reclamação trabalhista, pleiteando verbas que seu cliente já havia recebido da empresa de que ele fora dispensado:

- (a) ele cometeu um patrocínio infiel;
- (b) ele cometeu uma fraude processual;
- (c) ele praticou uma lide temerária;
- (d) ele cometeu uma inépcia profissional.

49. O advogado Ricardo Ribeiro, regularmente inscrito na OAB/RJ há mais de 5 (cinco) anos, vem, constantemente, cometendo erros no exercício da advocacia. Pergunta-se: Que punição disciplinar a OAB/RJ pode aplicar a Ricardo Ribeiro?

- (a) exclusão da OAB;
- (b) suspensão, de 30 (trinta) dias até 12 (doze) meses;
- (c) censura com multa (pela agravante);
- (d) suspensão, pelo prazo mínimo de 30 (trinta), podendo ultrapassar 12 (doze) meses

50. O Código de Ética e Disciplina da OAB permite ao advogado:

- (a) publicar um pequeno anúncio de sua atividade profissional, indicando apenas o seu nome, especialidade, endereço e horário de atendimento;
- (b) contratar seus honorários com a cláusula *quota litis*, estipulando o valor de R\$ 20.000,00, por seu trabalho profissional;
- (c) só devolver os documentos do cliente, que os solicita, após o pagamento dos honorários advocatícios;
- (d) recusar a defesa de pessoa acusada da prática de crime hediondo, por considerá-la culpada da acusação